

DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA COMO FUNDAMENTO METODOLÓGICO DA IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL EM ARQUIVOS*

Ana Célia Rodrigues**

RESUMO

Estudo dos processos de identificação arquivística, especialmente da identificação de tipologia documental nos parâmetros da diplomática contemporânea. A identificação é uma tarefa de pesquisa sobre a gênese do documento arquivístico, que gera informações registradas em instrumentos próprios e são a base das análises para a avaliação, classificação, descrição e produção de documentos de arquivos. A caracterização dos atributos que apresentam o órgão produtor, suas funções e atividades, e a maneira como estes vínculos estabelecidos se traduzem nas partes do documento arquivístico, integram o conhecimento gerado nesta fase e compõem a base teórica da identificação arquivística. A identificação de documentos de arquivo, realizada a partir de parâmetros normalizados pela tipologia documental confere rigor científico às tarefas arquivísticas, contribuindo para formar o arquivista moderno. Discute-se a relação estabelecida entre a diplomática e a arquivística, apresentando-se **as contribuições** desta discussão teórica para o ensino e a pesquisa em Arquivologia.

Palavras-chave: Diplomática Contemporânea. Arquivologia. Metodologia Arquivística. Identificação Arquivística.

1 INTRODUÇÃO

Em 1951, o italiano Giorgio Cencetti, em conferência realizada no III Congresso Nacional Arquivístico Italiano, classificou a diplomática como o *prelúdio necessário* à arquivística, enquanto ciência. Se, nessa dimensão podemos entender a palavra prelúdio, como o referencial para o desenvolvimento científico no campo da arquivística, resta-nos saber de que maneira os parâmetros conceituais propostos pela diplomática foram e vêm sendo utilizados para a construção de metodologias em arquivística.

* Tese de doutorado defendida em junho de 2008, junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Heloísa Liberalli Bellotto.

** Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense

E-mail: anyrodrigues@yahoo.com.br

A arquivística científica nasceu no século XIX como uma técnica empírica voltada para a conservação e guarda dos arquivos, privilegiando os arquivos históricos. Nasceu unida a Diplomática e à Biblioteconomia, de onde se nutriu para sua linguagem inicial e das quais fez empréstimos metodológicos que marcam suas origens. No momento em que se reconhece que os documentos deveriam ser organizados de acordo com o funcionamento do órgão que os produziram, com quem mantém estreita e indissociável relação, é que a arquivística encontra sua independência como disciplina. Assim como outras, seu processo de construção teórica vem se desenvolvendo através da observação e experiência, resultando em sua delimitação conceitual e metodológica, que a identifica e a distingue de outras ciências afins. Esta disciplina tem por objeto de estudos o documento, dimensão em que mantém um diálogo necessário com outras ciências. Mas o documento de arquivo diferencia-se, enquanto integrante de conjuntos orgânicos provenientes de um contexto determinado, de outros tipos de conjuntos documentais.

A arquivística sustenta-se em princípios estáveis e em normas, mas ainda prescinde de ampla generalização. A teorização da área é recente, remonta há cerca de pouco mais de um século em alguns países e, menos do que isto no Brasil. Como tal é o resultado de um processo acumulativo de experiências e de estudos que foram incorporados ao debate científico, configurando-se em seu corpo teórico. O conhecimento produzido envolve o desenvolvimento da teoria e da metodologia, dos aspectos que regulamentam suas práticas e da formação de profissionais capazes de atuar com eficiência no mercado de trabalho (ROSALES BADA, s/d).

Desde os anos 80, verifica-se em vários países que existe uma procura pela cientificidade da área, caracterizada pela busca de seus fundamentos teóricos, pautados na reflexão sobre seu objeto e método. A expressão desta teoria arquivística está registrada na produção de livros, artigos publicados em revistas especializadas e coletâneas de estudos. Estados Unidos e Canadá são os países que mais tem investido na pesquisa, embora a Europa não esteja alheia a este processo de produção do conhecimento científico.

Na Espanha, a partir destes anos 80, assiste-se a uma considerável produção de estudos arquivísticos, onde preponderam os aspectos relacionados aos métodos de trabalho de organização, classificação e descrição. Entretanto, a preocupação com teorização da área se faz sentir nos trabalhos de Antonia Heredia Herrera, Vicenta Cortés Alonso, Pedro López Gómez, Olga Gallego, entre outros, referências fundamentais da arquivística espanhola. Neste contexto, o nome de Maria Luisa Conde Villaverde, “demonstra que uma nova postura

também começa a afirmar-se em Espanha, entendendo os arquivos de forma global, como sistemas coerentes e como uma realidade inserida no mundo da informação” (RIBEIRO, s/d).

A ênfase que vem sendo colocada nas atividades de pesquisa, com vistas à elevação do nível de qualidade e construção da arquivística, enquanto ciência, requer que as tarefas relacionadas à investigação, sistematização e disseminação do conhecimento fundamentem os trabalhos desenvolvidos pelos arquivistas em todo o mundo.

A introdução da gestão de documentos nas práticas profissionais é um importante elemento que vem contribuir para o incremento da pesquisa na área, permitindo a consolidação de uma metodologia arquivística para o tratamento documental que passou a considerar o documento desde “a gênese até sua eliminação, ou incorporação a um depósito de custódia permanente, passando por todas as operações relacionadas com seu uso, acesso, custódia física e intelectual, difusão e fomento” (LÓPEZ GOMEZ, 1998, p. 38).

A implantação de programas de gestão documental exige do arquivista, um perfil diferente do que lhe foi conferido historicamente. Hoje, as necessidades da sociedade são mais rápidas e o arquivista deve ser capaz de respondê-las com a mesma agilidade de sua evolução. As respostas a estas demandas e a maneira como os estudantes de arquivologia aprendem a formulá-las dependem do tipo de ensino que é oferecido, e neste contexto a pesquisa ocupa um lugar central na formação profissional do arquivista.

A intervenção do arquivista, se antes restrita aos fundos permanentes, passou a ser requerida em todo o ciclo de vida dos documentos, exigindo um modelo de formação profissional voltado para a reflexão crítica de seu objeto, como garantia de seu efetivo controle para a prestação de serviços de informação a uma sociedade em acelerada evolução.

Hoje, as necessidades da sociedade são mais rápidas e o arquivista deve ser capaz de respondê-las com a mesma agilidade de sua evolução. As respostas a estas demandas e a maneira como os profissionais de arquivo aprendem a formulá-las dependem do tipo de ensino que lhe é oferecido, e neste contexto a pesquisa ocupa um lugar central na formação profissional do arquivista.

Existe a necessidade de estabelecer dentro dos “programas arquivísticos um ou mais projetos de pesquisa que lidem com os desafios contemporâneos, e envolva os estudantes profundamente no desenvolvimento de um novo conhecimento teórico e/ou metodológico”, afirma DURANTI (s/d, p. 3).

Significa dizer que o arquivista para atuar profissionalmente precisa conhecer os documentos, o órgão que os produziram e, sobretudo, as estreitas relações estabelecidas entre eles.

O arquivista é um investigador por ofício, mas não um investigador de qualquer assunto. É pesquisador das instituições cujos documentos se encontram sob sua custódia e que deve organizar e descrever mediante uma metodologia arquivística, que apresentando bases científicas, lhe permite pisar em terreno firme e seguro (LÓPEZ GOMEZ, 1998, p. 39).

Através da pesquisa é possível formar um profissional com competência para compreender a essência do documento e deliberar com autonomia e segurança sobre suas práticas, tornando-as objetivas; aperfeiçoar os instrumentos metodológicos e introduzir inovações necessárias, próprias do ambiente científico.

Num quadro de profundas transformações, arquivista deve ser formado sobre o paradigma de “aprender a aprender”. “Aprender a fazer” não é mais suficiente para o arquivista da era da informação. Como tal, não pode ser apenas um reproduzidor de conhecimento, mas um produtor de conhecimento (JARDIM, 1999, p. 95).

Neste período, assistimos a uma revisão da diplomática, cujas bases teórico-metodológicas passaram a serem utilizadas para a compreensão dos documentos contemporâneos, aplicadas aos programas de gestão de documentos e de tratamento de fundos acumulados em arquivos.

No âmbito da produção científica da área, a diplomática tem se destacado como disciplina. A diplomática revisitada pela arquivística, encontra na fase da identificação uma nova possibilidade de debates, justificando uma extensa produção científica sobre os aspectos que as relacionam. Os artigos publicados revelam uma profunda reflexão sobre sua abordagem teórica e pertinência na aplicabilidade prática do método proposto para reconhecer e denominar o documento, constituindo-se na base sobre a qual se desenvolve o tratamento técnico em qualquer fase do seu ciclo de vida documental. Luciana Duranti introduz no Canadá e Estados Unidos, esta nova abordagem do uso da diplomática, oferecendo os parâmetros para a sistematização e a objetividade do estudo arquivístico sobre as formas documentais, refletindo sobre sua produção em meio eletrônico.

Hoje, os desafios que se colocam para os documentos eletrônicos conduzem a arquivística a uma aproximação cada vez mais intensa e profícua, sobretudo com as áreas da Administração, do Direito e da Informática, na busca de parâmetros científicos para o

planejamento adequado da produção e para o tratamento dos documentos armazenados neste ambiente.

Quando se impõe a necessidade de produzir documentos autênticos, de avaliar o volume da produção documental de um órgão e de recuperar informações, com a necessária agilidade exigida pela administração moderna, muitas questões se colocam para os arquivistas e para a arquivística, e remetem à necessidade da definição de critérios normalizados para implantar programas de gestão documental, seja em ambiente convencional ou eletrônico.

Dos anos 80 aos 90, período marcado pelo pleno desenvolvimento da tecnologia, o tema que ocupou o centro dos debates teóricos foi a normalização. A adoção de procedimentos normalizados, requisito indispensável para os processos de automação, vem preocupando os teóricos da área. Angelika Menne-Haritz, da escola de Marburg, numa comunicação apresentada ao XII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Montréal, em 1992, “defende que nesta nova fase em que se encontra, a Arquivística se imporá como ciência e que a *análise* é o método a seguir no trabalho do arquivista” (apud RIBEIRO, s/d).

A assunção da Arquivística como ciência, implica, por um lado, a caracterização e representação do seu objecto, o qual, como vimos, se apresenta multifacetado, ou seja, com diferentes configurações determinadas pela conjugação dos factores orgânico e funcional e por factores exógenos, como é o caso dos arquivos especializados. Por outro lado, exige também um dispositivo de investigação adequado ao conhecimento da realidade arquivística, representada como objecto cognoscível, isto é, um método apropriado. O dispositivo metodológico deve congrega a possibilidade de quantificação, já que existem aspectos (variáveis) do objecto passíveis de observação, de experimentação e de medida, e a análise qualitativa, em que se insere a interpretação/explicação e a formulação de hipóteses/teorias, em suma, a intervenção do sujeito na construção do conhecimento arquivístico (RIBEIRO, s/d, p. 15).

Uma análise focada no objeto de estudos da área: o documento, cuja natureza probatória o distingue e fundamenta sua autenticidade no âmbito do sistema jurídico vigente. A produção deste conhecimento, base de sustentação da arquivística pensada e praticada nos dias de hoje, exige um diálogo entre áreas e profissionais envolvidos com a superação dos desafios postos para uma gestão documental comprometida com a qualidade na prestação de serviços de informação.

Esse processo contribui decisivamente para a formação de arquivistas cujo perfil compreende o desenvolvimento de habilidades necessárias à busca do conhecimento teórico, utilizando-o adequadamente para a solução dos problemas que se apresentem em seu fazer

diário, e à elaboração de novos conhecimentos. A atitude científica deve ser eminentemente crítica, um dos pressupostos básicos para o ensino arquivístico. Essa atitude científica pode concretizar-se, por exemplo, quando se realiza a identificação.

2 PESQUISA EM ARQUIVÍSTICA: a identificação

Por pesquisa em arquivística, pode-se entender a que é realizada sobre qualquer tema ou questão que se refere à área de conhecimento (formação profissional, conservação, avaliação, organização, descrição, acesso, políticas públicas, gestão de documentos, história dos arquivos, entre outros) e a que se relaciona diretamente com as práticas vivenciadas pelo arquivista em sua rotina de trabalho, desenvolvida no âmbito institucional, abordagem que nos interessa para efeito deste trabalho.

Nos anos 80, inicia-se no âmbito da arquivística nacional e internacional, um movimento de buscas de metodologias para solucionar o problema da acumulação irregular de documentos, que se contrapunham ao emergente desafio de implementar os programas de gestão documental em países ibero-americanos. As tarefas de classificar e avaliar documentos, exigiam dos arquivistas soluções que respondessem à situações diagnosticadas, semelhantes entre os arquivos.

Neste ambiente surge o termo *identificação*, utilizado para designar as tarefas de pesquisas realizadas para resolver o problema posto. Grupos de trabalho se formaram em países ibero-americanos, a fim de propor soluções para os arquivos, de forma coordenada, marcando o desenvolvimento da história dos arquivos e o início de uma tradição arquivística.

Muitas inovações nos métodos de trabalho arquivístico apareceram no período como resultado das experiências desenvolvidas. Os processos de identificação, seu objeto e metodologia foram alvo de debates em reuniões profissionais e mereceram a atenção de pesquisadores da área, por praticamente uma década. As experiências realizadas no âmbito de sistemas de arquivos na Espanha geraram estudos teóricos e aplicações práticas que acabaram destacando o país no panorama arquivístico internacional¹.

¹ Merecem destaque os trabalhos desenvolvidos pela Direção de Arquivos Estatais do Ministério de Cultura da Espanha, onde se formou os Grupos de Trabalho de Administração Institucional de Serviços Sócio-Profissionais (antiga Organização Sindical), Justiça, Governos Cívicos, Fazenda e o Grupo de Arquivos Administrativos, este último sob a coordenação de Maria Luisa Conde Villaverde. O objetivo destes trabalhos era identificar e avaliar documentos acumulados a partir de 1958, pela Administração Geral do Estado Espanhol, depositados no Arquivo Geral da Administração, em Alcalá Henares.

Na Espanha, as discussões sobre a normalização dos processos de identificação de documentos de arquivo, para o controle da acumulação ou planejamento da gestão, abriram perspectivas que influenciaram a arquivística ibero-americana e, neste contexto, a do Brasil.

Em 1992, Maria Luisa Conde Villaverde, divulga as bases do conceito, afirmando que se entende por identificação a “fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo” (CONDE VILLAVERDE, 1991, p.18) e, em 1993, esta definição é incorporada pelo Dicionario de Terminologia Archivística espanhol.

O Brasil participou do movimento internacional iniciado na década de 80, contribuindo com suas experiências e reflexões para construção de parâmetros metodológicos da identificação. Os projetos desenvolvidos pelo Arquivo Nacional, no período, dentro do Programa de Modernização Institucional-Administrativa², registram a mesma preocupação com a solução do problema da acumulação de fundos e da implantação de programas de gestão documental no âmbito da administração pública federal.

As metodologias formuladas somaram-se às discussões internacionais e foram divulgadas através de manuais, que passaram a servir de modelo para as práticas desenvolvidas nos arquivos brasileiros. Este processo culminou com a formulação do conceito incorporado pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), onde a identificação é vista como uma fase do processamento técnico dos arquivos e definida como “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”.

Esta fase da metodologia arquivística denominada *identificação*, consiste em estudar analiticamente o documento de arquivo e os vínculos que mantém com o órgão que o produziu, seja em fase de produção ou de acumulação. Neste sentido, é um trabalho de pesquisa e de crítica sobre a gênese documental.

O documento de arquivo é produzido de forma involuntária, criado no decurso de uma atividade. É o resíduo material da ação que lhe dá origem. É a própria ação “autodocumentada”, como o define Menne-Haritz (1998). “Uma ação é qualquer exercício de vontade que objetiva criar, mudar, manter ou extinguir situações”, e constitui o núcleo do documento, ressalta Heather Mac Neil (2000, p. 93). Desta característica essencial, inerente a sua gênese, decorre sua natureza probatória.

² Este programa teve início em 1980, durante a gestão de Celina Moreira Franco, frente a direção do Arquivo Nacional e foi objeto de convênio firmado entre o arquivo e a Fundação Getúlio Vargas.

A identidade do documento de arquivo se mostra através dos elementos que o integram: sua estrutura e substância. Estão representadas através de regras, que contém elementos intrínsecos e extrínsecos. Estes caracteres são estudados do ponto de vista da diplomática e também da arquivística, por autores como Luciana Duranti, Schellenberg e Vicenta Cortés Alonso, entre outros.

Esta capacidade de provar o fato que lhe dá origem é resultado da especial relação que o documento possui com o órgão que o produz, o vínculo que se revela no conteúdo pela atividade registrada, que constitui o núcleo de sua identidade. O vínculo arquivístico, tão bem discutido por Luciana Duranti (1997), é o componente essencial do documento de arquivo, que revela sua verdadeira natureza, que determina sua identidade, pois é definido pela sua ligação com o órgão produtor.

Esta pesquisa é realizada em duas etapas e consiste na:

1. Identificação do órgão produtor: contexto onde os documentos de arquivo são produzidos.

- a) Elemento orgânico - órgão produtor dos documentos.

- b) Elemento funcional - representado pelas funções e atividades administrativas desempenhada pelo órgão, em virtude da competência que tem a seu cargo e que compõe a série documental. (MOLINA NORTES; LEYVA PALMA, 1996, p.158)

2. Identificação do tipo e delimitação da série documental - levantamento de informações sobre os elementos que caracterizam os documentos de arquivo, o *tipo documental*. Momento em que se estudam os caracteres internos e externos dos documentos, elementos de identidade que se refere a sua estrutura física (gênero, suporte, formato e forma) e ao seu conteúdo (função, atividade), para denominar o tipo e a série documental. A série documental constitui o objeto de estudo da arquivística e sobre ela versa toda proposta de tratamento técnico.

O processo de produção deste conhecimento requer a busca de informações em fontes específicas, sobre o órgão produtor (contexto) e sobre os documentos (tipologia documental), estejam eles em fase de produção ou de acumulação. Os dados obtidos são registrados em instrumentos próprios de cada etapa que fornecem os parâmetros teóricos para as análises que serão realizadas nas outras fases do procedimento arquivístico.

A base metodológica da *identificação* é a aplicação de maneira direta dos princípios da proveniência e o da ordem original³, é sua “melhor ferramenta”, pois estes princípios “dirigem o tratamento dos documentos ao longo de toda sua vida, estabelecendo as operações arquivísticas que são próprias de cada fase”. (LA TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO y BENITO, 2000, p. 40-41)

Trata-se, portanto, de um tipo de investigação científica particular que constitui uma ferramenta de trabalho para o arquivista. Uma metodologia de pesquisa que se desenvolve, nos parâmetros do rigor científico, como tarefa preliminar e necessária às funções arquivísticas de classificação, avaliação, descrição e planejamento da produção documental.

No âmbito dos processos de identificação interessa verificar como a identificação de tipologias documentais esta relacionada com as atuais discussões em torno da teoria e da metodologia da diplomática.

3 DIPLOMÁTICA COMO MÉTODO DE PESQUISA

A diplomática surgiu ligada ao direito patrimonial, desenvolvendo um estudo sistematizado do documento escrito para provar a autenticidade de títulos de terras da Igreja, a “com a meta final de averiguar a realidade dos direitos ou a veracidade dos fatos neles representados” (DURANTI, 1995, p.22).

Jean Mabillon, em seu *De Re Diplomatica Libri VI*, publicado em 1681, é quem efetua a primeira sistematização rigorosa de conhecimentos sobre os documentos de arquivo. A metodologia usada foi examinar individualmente cerca de duzentos documentos diferentes, de várias épocas e os comparar. Verificou o que tinham em comum e qual era o procedimento do ambiente onde eles se encontravam. Os resultados obtidos neste estudo passaram a se configurar, como os pressupostos teóricos da disciplina.

Segundo Luciana Duranti, a diplomática é uma metodologia analítica que categoriza tudo para estudar. Ela reparte tudo em elementos internos e externos. “A primeira coisa que a diplomática reparte é o formulário escrito. O método diplomático é aplicável na verificação de qualquer coisa que seja um documento” (DURANTI, 2005).

Os documentos diplomáticos, objeto da diplomática, se a disciplina for tomada de forma ortodoxa, são os de natureza jurídica que, refletem no ato escrito às relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos, cujos elementos semânticos são

³ *Principio de proveniência* quer dizer, “não misturar os documentos gerados por diferentes órgãos produtores” e, conseqüentemente o da *ordem original*, que significa “não romper com a ordem natural de produção dos tipos documentais oriundos dos procedimentos administrativos que o determinaram” (HEREDIA HERRERA, 2003, p. 5-6).

submetidos a fórmulas pré-estabelecidas (BELLOTTO, 2001). No sentido moderno da diplomática, os documentos são analisados na direção de seu contexto de produção, nas relações entre as competências / funções / atividades do órgão produtor e neste sentido, apresentam suas profundas relações com a arquivística. O documento produzido pelas administrações atuais é, muitas vezes, desprovido de “requisitos formais e de determinados caracteres extrínsecos e intrínsecos exigidos pela lei ou pelos usos e costumes com valor de norma, que afeta a sua estrutura, teor, conteúdo, solenidade, validade, categoria e tipologia” (RIESCO TERRERO, s/d, p. 91).

Hoje, o conceito do documento é mais amplo do que no passado, porque reflete a própria complexidade do seu ambiente de produção, e para analisá-lo é necessário compreendê-lo em sua essência e na lógica de funcionamento do órgão que o produziu. Disto decorre a necessidade de um parâmetro científico para identificá-lo, conhecimento que permite ao arquivista chegar à essência do documento, para denominá-lo e defini-lo como próprio de arquivo e, portanto, planejar adequadamente seu tratamento documental, em qualquer situação que se apresente ao longo do ciclo vital.

Quais elementos considerar na análise para caracterizar a natureza deste documento?

Nesta perspectiva, as competências, funções e atividades desempenhadas, que se articulam no procedimento de gestão, são elementos inovadores, introduzidos na metodologia da diplomática contemporânea para identificar o documento de arquivo. Permite que o olhar do pesquisador – diplomata ou arquivista - vá além da decomposição das partes do documento jurídico, para determinar sua autenticidade ou valor como fonte para a história. A finalidade desta análise agora é revelar estes vínculos de proveniência que o documento apresenta com sua origem, base de sustentação e perspectiva da crítica para a arquivística.

A análise das características formais e substanciais dos documentos é indispensável para identificar as séries, para reconduzir documentos singulares aos arquivos de origem, para entender em quais relações se encontram os documentos referentes a um mesmo procedimento conservados em séries distintas. A análise diplomática do documento contemporâneo tem também, quando comparado ao documento mais antigo, o objetivo de contribuir para a história da administração (CARUCCI, 1987, p. 30).

Historicamente, a definição de diplomática, esteve intimamente ligada ao conceito de documento que caracteriza seu objeto de estudo. Entendido como peça singular ou integrante de um conjunto, esta concepção vai ser distintiva para explicar as correntes teóricas que se formaram em nível internacional e como vai ocorrer sua (re) aproximação com a arquivística.

No final do século XX, os arquivistas “descobriram novos usos para esta velha ciência, baseados no seu potencial como um padrão para assegurar a confiabilidade geralmente dos registros modernos e especificamente de registros eletrônicos” (DURANTI, 2005).

No campo da ciência arquivística, a diplomática tem sido reinventada, adaptada, como uma ferramenta para compreender o complexo processo de produção dos documentos da burocracia contemporânea. Com a ampliação do campo da arquivística, que passou a olhar para o documento em todo o seu ciclo de vida, e as necessidades de desenvolvimento de metodologias para sustentar os novos programas arquivísticos, incluindo a avaliação e o planejamento da produção documental, “os arquivistas redescobrem a importância do estudo crítico do documento e volta à diplomática para provar os valores dos seus princípios e métodos para documentos modernos e contemporâneos”. (DURANTI, 1995, p.36)

Em 1989, na II Conferência Européia de Arquivos promovida pelo Conselho Internacional de Arquivos, Francis Blouin fala do crescente interesse dos arquivistas norte-americanos e europeus em “reviver e adaptar a tradição diplomática européia ‘modernizar os registros para enfrentar a massa e a complexidade de registros institucionais, especialmente aqueles eletrônicos. Ele antecipou que as práticas de manter os registros (*recordkeeping*) da moderna burocracia tornar-se-iam a diplomática do século XX”. Os delegados da conferência recomendaram “que o desenvolvimento da disciplina da diplomática moderna seja promovido através de pesquisa na tipologia de documentos contemporâneos e nos processos de criação de documentos nas instituições contemporâneas”. (MACNEIL, 2000, p.87)

Na Europa, a resposta a este chamado dos arquivistas para a construção de uma diplomática moderna, adaptável aos documentos do século XX, vem principalmente da Itália, destacando-se os estudos realizados por Paola Carucci.

Esta arquivista italiana deu uma contribuição substancial, redefinindo o documento de um modo muito amplo e concentrando as atenções na proveniência administrativa que o gera antes de sua forma documental. Alarga desta forma o âmbito da diplomática, integrando-a com a arquivística, incluindo uma relação de considerações sobre o documento como produto do procedimento administrativo (DURANTI, 2003). Carucci define a diplomática como a “disciplina que estuda o documento singular ou, se preferirmos, a unidade arquivística elementar, o documento, mas também o arquivo, o registro, analisando, sobretudo, os aspectos formais para definir a natureza jurídica dos atos, tanto na sua formação quanto nos seus efeitos” (CARUCCI, 1987, p. 27).

No Canadá, Luciana Duranti examina os princípios e conceitos desenvolvidos pelos teóricos diplomatas para avaliar a autenticidade de documentos medievais, verificando se poderiam ser adaptados para analisar documentos produzidos pela burocracia moderna. O foco de sua preocupação teórica é a aplicação do método diplomático para o planejamento da produção dos documentos eletrônicos e a análise do valor probatório que eles apresentam.

Em 1993, na UBC, têm início as pesquisas arquivísticas para desenvolver meios que permitissem equacionar a questão dos documentos digitais. Um dos objetivos principais foi estabelecer exigências conceituais para avaliar a autenticidade dos documentos eletrônicos, cuja metodologia principal consistia em analisar os sistemas eletrônicos arquivísticos, a partir do modelo preconizado que permitia comparações entre as características dos sistemas, usando a diplomática como metodologia primária de identificação de documentos arquivísticos.

No projeto da UBC, intitulado *The Preservation of the Integrity of Electronic Records* (A preservação da integridade dos documentos eletrônicos), Health MacNeil (2000, p.89-90) assistente de pesquisa de Luciana Duranti, coordenadora do projeto, relata o processo de construção do método desenvolvido pelos pesquisadores.

O grupo de pesquisa começou seus trabalhos articulando um “conjunto de premissas gerais em relação à natureza de um documento em um moderno ambiente (e predominantemente de papel) de manter os documentos e as condições necessárias para assegurar sua confiabilidade e autenticidade”. Este resultado foi então interpretado dentro da estrutura dos documentos eletrônicos, gerando um grande número de hipóteses, “expressando a necessidade e componentes suficientes de um completo, confiável e autêntico registro eletrônico. As hipóteses foram subsequentemente traduzidas em regras detalhadas para a criação e manutenção de confiáveis e autênticos registros eletrônicos”.

Portanto, o princípio metodológico que passou a fundamentar o projeto da UBC era “comparar o que não é conhecido, com o que é conhecido”, o documento de arquivo. Documento este formatado a partir de um conjunto de regras, verificáveis através da análise crítica da diplomática, cujos componentes serviram de base para a elaboração de um modelo comparativo para a realidade tecnológica definida no escopo do projeto (DURANTI, 2005).

A revisão da disciplina efetuada por Luciana Duranti e as idéias por ela divulgadas, na construção da diplomática arquivística, como a define, vêm nutrindo o debate teórico sobre a produção de documentos em ambientes eletrônicos, orientando as práticas realizadas em arquivos de todo o mundo.

Neste período, a Espanha também se destaca no movimento de renovação teórica da diplomática, produzindo importantes estudos teóricos e de diplomática especial aplicados aos documentos administrativos, Luis Núñez Contreras, Riesco Terrero, Manuel Romero Tallafigo, Antonia Heredia Herrera, Vicenta Cortés e do Grupo de Trabalho dos Arquivistas Municipais de Madri, preocupados por definir o que entendemos por documento de arquivo e em identificar as partes que o integram, elencando seus caracteres internos e externos.

No Brasil, os textos publicados por Heloísa Liberalli Bellotto, primeiramente em 1982 e com novas abordagens em 1990, são considerados como referencial teórico sobre tipologia documental e os conceitos abordados pela autora, foram incorporados à literatura arquivística e à prática desenvolvida nos arquivos do país.

Foi a partir da introdução da gestão de documentos no campo profissional do arquivista, especificamente para atender as demandas de avaliação documental e planejamento da produção de documentos eletrônicos, que os estudos de identificação da gênese documental se tornaram mais recorrentes na área.

No âmbito do ensino, a utilização da identificação como método de ensino e pesquisa, permite uma aproximação entre teoria e prática, colocando o profissional em contato com programas concretos de trabalho que lhes possibilita dispor de critérios para reconhecer e tratar os documentos de arquivo. Desenvolve sua capacidade de análise e síntese, utilizando esta ferramenta como referencial para suas práticas profissionais, refletindo sobre a gênese do documento de arquivo, em qualquer contexto ou situação arquivística que se encontre, a fim de propor o tratamento técnico adequado.

Neste contexto, a diplomática passou a ser valorizada e aplicada à análise de documentos organicamente acumulados em arquivo, dando suporte para as discussões sobre a construção científica da arquivística. “Os princípios, conceitos e métodos da diplomática são universalmente válidos e podem oferecer sistemas e objetividade ao estudo arquivístico das formas dos documentos, isto é, uma maior qualidade científica” (DURANTI, 1995, p. 3).

A inserção desta nova perspectiva da diplomática no campo da arquivística, denominada diplomática contemporânea ou tipologia documental, possibilitou a implementação de um processo de normalização de parâmetros metodológicos para compreender e tratar o documento de arquivo, tema que ocupa hoje um considerável espaço de reflexão na literatura internacional. Entretanto, no Brasil o assunto não foi suficientemente discutido e esta questão permanece inédita no campo do debate teórico e metodológico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas questões que se apresentam para os arquivos têm conduzido a área a refletir mais profundamente sobre o estatuto do documento, reafirmando as bases epistemológicas da arquivística.

O perfil do profissional que vem se delineando atualmente aponta para a necessidade de uso de metodologias científicas, que sustentadas pelos princípios teóricos da área, forneçam um referencial seguro para o arquivista refletir e tomar decisões em contextos distintos sobre questões que apresentam o documento de arquivo. O arquivista diante destes novos desafios começa a se desvincular do perfil tecnicista, para assumir o de produtor de conhecimentos novos. Ele deve ser capaz de analisar criticamente a realidade que se coloca, à luz de conhecimentos teóricos e de atuar com competência de modo autônomo e conseqüente. Nesta perspectiva, deve-se considerar que a pesquisa e o uso do conhecimento técnico-científico são atividades permanentes na carreira do profissional.

Para tanto parece ser indispensável que o profissional de arquivos, disponha de um instrumental teórico-metodológico que lhe possibilite o progressivo domínio de suas práticas de trabalho, transformando-se em produtor de conhecimento científico.

O procedimento de identificação de documentos, uma das tarefas realizadas no momento da identificação arquivística, permite ao arquivista o reconhecimento das características do seu objeto de estudos. E foi na diplomática que a arquivística encontrou as bases para a formulação de seu método de pesquisa para identificar os documentos de arquivos a partir de parâmetros normalizados, conferindo cientificidade ao fazer arquivístico. A identificação de tipologias documentais encontra na abordagem da diplomática contemporânea, seus fundamentos teóricos e metodológicos, demonstrando a efetiva contribuição desta disciplina para a construção teórica da arquivística.

A necessidade de identificar documentos em seu contexto de produção conduziu a área à reflexão sobre a identificação como processo e às discussões sobre a posição que ocupa no contexto das metodologias arquivísticas. A perspectiva aberta pelo Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos, que a considerou como fase independente no tratamento documental, foi uma importante contribuição dada para a reflexão teórica sobre o assunto no cenário internacional. Hoje, esta idéia permeia o discurso de renomados teóricos da área, como Luciana Duranti e Antonia Heredia Herrera, embora ainda não tenha sido objeto de sistematização.

Luciana Duranti (1995, p. 36, grifo nosso) ao referir-se à utilidade dos métodos diplomáticos para os arquivistas, afirma que sua aplicabilidade traz “benefícios específicos para as tarefas de identificar, selecionar, ordenar e descrever os documentos”.

Antonia Heredia (2006) reconhece a *identificação* como uma função independente no tratamento documental ao afirmar que “enquanto não havia aceitado a identificação como função específica, a análise documental estava incluída na descrição como uma fase prévia a mesma”. Convicta desta afirmativa estabelece uma distinção entre as funções arquivísticas, “sem prejuízo da relação estabelecida entre ambas” e delimita a finalidade das mesmas, afirmando que “se a identificação é reconhecimento (...), a descrição é representação”. Situa a análise documental no contexto da identificação, afirmando que “enquanto este estudo supõe o reconhecimento genérico das unidades documentais, pode-se dizer que é parte da identificação” (HEREDIA HERRERA, 2006, grifo nosso). “Reconhecer antes, analisar depois” diz Antonia Heredia (2006), sintetizando a idéia da independência da *identificação* no contexto das metodologias arquivísticas que sustentam o tratamento documental.

Nesta perspectiva, a sistematização da *identificação* como função arquivística, viria suprir uma lacuna qualitativa e instrumental para a uniformização de procedimentos metodológicos dos quais dispõe o arquivista para tratar os documentos ao longo do seu ciclo vital, abordagem que merece ser analisada em pesquisa futura.

No âmbito da arquivística, os processos de identificação de documentos, denominado análise documental, foram primeiramente estudados em sua relação com a descrição, reconhecendo a importância da normalização para o desenvolvimento da tarefa. Schelleberg, Antonia Heredia e Vicenta Cortes, representam esta corrente teórica de autores que divulgaram estes conhecimentos no meio arquivístico. Depois, para atender a necessidade de organização de massas acumuladas em arquivos, foram inicialmente explorados os vínculos entre a análise documental e a classificação e logo, com a avaliação.

No momento em que a gestão documental é incorporada definitivamente pela arquivística, a necessidade de identificação de documentos se torna ainda mais premente, como condição para a formulação de requisitos normalizados para a classificação e avaliação documental, desenvolvidos na fase de produção do documento. Os estudos de gênese documental encontram especial atenção de teóricos da área preocupados com o controle da produção dos documentos de arquivo, sobretudo em ambiente não convencional. Estabelecendo parâmetros normalizados para a produção de documentos eletrônicos, Luciana Duranti demonstra a pertinência da análise documental para a gestão, explorando

teoricamente a função da produção documental, tarefa até então considerada fora do escopo da atuação profissional da área.

Com as novas tecnologias, o arquivista deve propor uma normalização para a produção da tipologia documental, principalmente em meio eletrônico. Os estudos de padronização documental exigidos pelo ambiente tecnológico contribuem para estreitar a colaboração e os vínculos entre arquivistas, informáticos e administradores, os profissionais responsáveis pela gestão de documentos. É preciso tornar as práticas arquivísticas cada vez mais criteriosas e objetivas, porém desenvolvidas em rotinas simples, o que pressupõe normalização de parâmetros para a atuação dos arquivistas e sistematização para utilização no ensino e na pesquisa científica acadêmica da área.

AS DIPLOMATIC CONTEMPORARY METHODOLOGICAL BACKGROUND OF IDENTIFICATION DOCUMENT TYPE IN ARCHIVES

ABSTRACT

This study presents the archival identification processes, especially about the identification of documents developed by documental typology parameters. The identification is a search procedure on the archival document and its producer entity that uses intelligence to search and records data with adequate instruments. This technique is developed in the beginning of the documental treatment to fundament the analysis related to the production, appraisal, classification and description of the document. The historical evolution of this term and the identification concept in archival science are presented in this study. It approaches the use of the diplomatic in the identification of documents, one of the stages of identification archival, discussing the relationship between the diplomatic and archival science and origin of the formulation of the method of analysis proposed by the typology documentary, field of study of archival science. It describes case studies of the application of this method and archival traditions in ibero-american countries as well as procedure models and instruments published in Spain and Brazil. As a result, presents a proposal for systematization of procedures for identifying typology of documentary, developed from experience in teaching and research in archival science.

Keywords: Diplomatic contemporary - Archival science - Archival methodology - Archival identification.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rafaela Augusta de. **Identificação de tipologias documentais como parâmetro para avaliação de documentos contábeis**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, Marília, 2007.

MORGADO, M. L. C. **Reimplante dentário**. 1990. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)–Faculdade de Odontologia, Universidade Camilo Castelo Branco, São Paulo, 1990.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística**: reconhecendo e utilizando o documento de arquivo. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo Arquivo do Estado, 2000. (Projeto Como Fazer)

_____. O espaço da diplomática no ensino da arquivologia. In: **IV Congresso de Archivología del Mercosur**. 2001. Disponível em: <<http://www.pmatozo.hostmidia.com.br>>. Acesso em: 26 jun. 2004.

_____. Tipologia documental em arquivística. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. 195, p. 9-17, 1982.

_____. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. **Revista do Arquivo do Município de Rio Claro**, Rio Claro, v.0, n.1, p.4-15, 1990.

CARMONA MENDO, Concepción. Consideraciones sobre el método en archivística. In: **Documenta & Instrumenta**. Madrid, Universidad Complutense de Madrid, v. I, 2004, p. 35-46. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/document/htm/default.htm>. Acesso em: 31 ago. 2005.

CARUCCI, Paola. Génesis del documento: redacción, clasificación y valor Jurídico. In: _____ et al. **Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo**. Carmona: S&C Ediciones / Universidad International Menéndez Pelayo, 1994. p. 61-78.

CARUCCI, Paola. **Il documento contemporaneo**: diplomatica e criteri di edizione. Roma: La nuova Italia Scientifica, 1987.

CENCETTI, Giorgio. La preparazione dell'archivista. **Notizie degli Archivi di Stato**. Roma: Archivi di Stato, n. 12, 1952.

CONDE VILLAVERDE, María Luisa et al. La identificación y valoración de los fondos documentales de la administración estatal: problemas y metodología. Iberoamérica: idéntico tratamiento para una misma realidad. In: PRIMERAS JORNADAS SOBRE METODOLOGÍA PARA LA IDENTIFICACIÓN Y VALORACIÓN DE FONDOS DOCUMENTALES DE LAS ADMINISTRACIONES PUBLICAS, 1991. In: **Actas...** Madrid: Dirección de Archivos Estatales / Ministerio de Cultura, 1992. p. 15-19.

CONDE VILLAVERDE, Maria Luisa. **Manual de tratamiento de archivos administrativos**. Madrid: Dirección de Archivos Estatales / Ministerio de Cultura, 1992.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. Atributos de los documentos. In: **Manual de archivos municipales**. Madrid: ANABAD, 1982.

DICCIONARIO de terminología archivística. Madrid: Dirección de Archivos Estatales / Ministerio de Cultura, 1993.

DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (Brasil), 2005.

DURANTI, Luciana. **Ciencia archivística.** Córdoba (Argentina), s/ed, 1995a. (digitado)

_____. **Diplomática aplicada a documentos convencionais e digitais.** Rio de Janeiro: Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos / Conselho Nacional de Arquivos / Arquivo Nacional (Brasil), 2005b. (Anotações de aula em curso)

DURANTI, Luciana. Diplomática: nuevos usos para una antigua ciencia. **Trad. Manuel Vázquez. Carmona (España): Asociación de Archiveros de Andalucía, 1995b.**

DURANTI, Luciana. **La diplomatica dei documenti elettronici.** Venezia, Università Ca' Foscari di Venezia, 2003. Disponível em: <http://www.biblio.unive.it/sba/novita/030527Duranti.asp>. Acesso em: 28 jun. 2006.

_____. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/134.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2008.

DURANTI, Luciana. The archival bond. **Archives and Museum Informatics.** Vancouver (Canadá): Kluwer Academic Publishers, v.11, p. 213–218, 1997.

DURANTI, Luciana. **The interaction of research and teaching:** speaking from the InterPARES experience. Publicação eletrônica (mensagem pessoal). Mensagem recebida por nataliabtoynoli@yahoo.com.br, em 26 nov. 2005a.

GALENDE DÍAZ, Juan Carlos Díaz; GARCIA RUIPÉREZ, Mariano. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística. **Revista General de Información y Documentación.** Madrid, v. 13, n. 2, p. 07-35, 2003.

JARDIM, José Maria. A universidade e o ensino da arquivologia. In: _____ e FONSECA, Maria Odila. (org.). **A formação do arquivista no Brasil.** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1999. p. 31-51.

LA TORRE MERINO, José Luis; MARTÍN-PALOMINO y BENITO, Mercedes. **Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales.** Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deportes / S.G. de Información y Publicaciones, 2000. (Escuela Iberoamericana de Archivos: experiencias y materiales)

LÓPEZ GÓMEZ, Pedro. Los archiveros y sus investigaciones. **Métodos de Información.** v. 5, n. 22-23, 1998, p. 37-43. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/archive/00001743/>. Acesso em: 20 set. 2005.

MACNEIL, Heather. **Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives.** Vancouver (Canadá): Kluwer Academic Publishers, 2000.

MENNE-HARITZ, Angelika. What can be achieved with archives? In: **The concept of record**: report from the Second Stockholm Conference on Archival Science and the Concept of Record, 30-31 May 1996. Stockholm: Riksarkivet, 1998. p.11-24.

MOLINA NORTES, Juana; LEYVA PALMA, Victoria. **Técnicas de archivo y tratamiento de la documentación administrativa**. Guadalajara: ANABAD Castilla – La Mancha, 1996. (Textos de ANABAD Castilla – La Mancha, 2)

PETRUCCI, Armando. Diplomatica vecchia e nuova. **Studi Medievali**. v.4, n.2, 1963. Disponível em: <http://dohc.unipv.it/scrineum/biblioteca/petrucci.html>. Acesso em: 01 set. 2005.

RIBEIRO, Fernanda. **Ensino da paleografia e da diplomática no curso de bibliotecário-arquivista**. Disponível em: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1244.pdf. Acesso em: 22 jan. 2008.

RIESCO TERRERO, Ángel. **La Paleografía y Diplomática en el marco de los estudios de documentación**. Primer Congreso Universitario de Ciencias de la Documentación. Universidad Complutense de Madrid, s/d. p. 88- 91. Disponível em: <http://wotan.liu.edu/doi/data/papers/juljuljut3558.html>. Acesso em: 28 nov. 2005.

RODRIGUES, Ana Célia. Tipologia documental como parâmetro de classificação e avaliação em arquivos municipais. **Cadernos de Estudos Municipais**. Universidade do Minho (Portugal): v.17/18, 2005.

ROMERO TALLAFIGO, Manuel. Ayer y hoy de la diplomática, ciencia de la autenticidad de los documentos. In: CARUCCI, Paola, et al. **Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo**. Carmona: S & C / Universidad Internacional Menéndez Pelayo 1994. p. 11-49. (Col. Biblioteca Archivística, 2).

ROMERO TALLAFIGO, Manuel. Diplomática del documento contemporáneo: sus aportaciones para la valoración y selección en los archivos. In: PRIMERAS JORNADAS SOBRE METODOLOGÍA PARA LA IDENTIFICACIÓN Y VALORACIÓN DE FONDOS DOCUMENTALES DE LAS ADMINISTRACIONES PÚBLICAS, 1991. In: **Actas...** Madrid: Dirección de Archivos Estatales, 1992. p. 51-59.

ROSALES BADA, Amanda. **Cultura archivística y formación profesional**. Disponível em: <http://adabi.webxsp.com/adabi/investigacion/articulo.jsp?id=89>. Acesso em: 25 jan. 2008.

SIERRA ESCOBAR, Luis Fernando. Como identificar y denominar una serie documental: propuesta metodológica. **Biblos**, n. 20, p. 49-61, 2004. Disponível em: www.bibliosperu.com/articulos/20/2004_35.pdf. Acesso em: 11 mai. 2008.

Ficha de Identificação de Tipo Documental	
Órgão produtor Calil.Con Assessoria Contábil	Função (Serviço) Serviço de pessoal
Espécie Expediente	
Atividade Pagamento de pessoal	
Tipo documental <i>Expediente de pagamento de pessoal</i>	
Objetivo da produção Auxiliar o serviço de pagamento de pessoal e efetuar o controle de funcionários por empresa/departamento.	
Documentos em anexos Folha de pagamento Resumo de folha de pagamento Relatório de recolhimento de FGTS (SEFIP- GEFIP)	
Conteúdo Folha de pagamento: Nome da empresa; período analisado; identificação dos funcionários; código; situação; admissão; função; salário; benefícios; base de cálculo de INSS-IRRF-FGTS; deduções; proventos. Resumo da folha de pagamento: Nome da empresa; período de análise; lançamentos: proventos e descontos; total de funcionários; FGTS E GPS. SEFIP- GEFIP: Nome da empresa; identificação dos funcionários; data; hora; admissão; Depósito de FGTS; base de cálculo de PIS/PASEP/CI.	
Fundamento legal (vigência) Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social: “O direito da seguridade social de cobrar seus créditos constituídos na forma do artigo anterior, <i>prescreve em dez anos.</i> ” (art.349)	
Tramitação As empresas enviam para o escritório o relatório descrevendo as horas extras e descontos sobre mercadorias; os dados são lançados nos programa CONTIMATIC, onde são realizados os cálculos; o escritório envia às empresas os holerites e as guias de pagamento; uma cópia é impressa e arquivada; o SEFIP é enviado para o INSS e para o Ministério do Trabalho.	
Prazo de arquivamento 11 anos (1 ano de vigência + 10 anos de prescrição)	
Destinação Eliminar	
Data limite 2007	Notação: Cx 1/ Pasta 1(vermelha)
Informações complementares O GFIP é uma Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços e Informações à Previdência Social. Este documento é enviado ao Ministério do trabalho e à Receita Previdenciária do INSS, para o qual o prazo de guarda é de 10 anos.	

Fonte: ALMEIDA (2007)